

✓
7

GESPAÇOS

Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Relatório e Contas 2021

Índice

Mensagem do Conselho de Administração

1. Introdução
2. Apreciação Global de Gestão
 - 2.1. Consolidação de Estratégias prosseguidas
 - 2.2. Desenvolvimento dos Projetos
 - 2.2.1. Escolas de Natação e Pólo
 - 2.2.2. Desporto escolar
 - 2.2.3. Apoio ao desporto
 - 2.2.4. Natação para alunos deficientes
 - 2.2.5. Manutenção
 - 2.2.6. Recreação
 - 2.2.7. Aeróbica
 - 2.2.8. Ginásio
 - 2.2.9. Hidroginástica
 - 2.2.10. Hidro Cycling
 - 2.2.11. Cycling
 - 2.2.12. Promoção do desporto
 - 2.2.13. Projeto Sénior
 - 2.2.14. Outros projetos
 - 2.2.15. Frequência do complexo das Piscinas
 - 2.3. Responsabilidade Social
 - 2.4. Divulgação de projetos e atividades
 - 2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços
3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

Situação Económica e Financeira

1. Situação da Empresa
 - 1.1. Rendimentos e Gastos
 - 1.2. Resultados
 - 1.3. Situação Patrimonial
 - 1.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
 - 1.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
 - 1.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social

Evolução previsível da Empresa

Proposta de Aplicação de Resultados

Considerações Finais

Anexo ao Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras

Anexos às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O atual Conselho de Administração, que tomou posse a 20 de dezembro de 2021, apresenta o **Relatório e Contas do ano de 2021**.

O ano de 2021 ficou marcado pelos impactos relacionados com a pandemia associada à Covid 19. No primeiro trimestre de 2021, tivemos 90% da nossa atividade encerrada, o que provocou quebras significativas de receitas. Esta diminuição das receitas afetou negativamente os resultados finais do exercício de 2021.

O início do 2º semestre do ano 2021, e com o levantamento da maior parte das restrições impostas pela DGS, a atividade da Gespaços SA retomou lentamente a normalidade. Com a abertura da época desportiva em 01 de setembro de 2021, a procura dos serviços disponibilizados por esta empresa, principalmente as atividades em piscina excederam as nossas expectativas.

Assim, olhamos para o ano de 2021, como mais um ano em que foram ultrapassados enormes desafios e principalmente muitas dificuldades, que só foram possíveis ultrapassar derivado à colaboração das entidades abaixo mencionadas, às quais e em nome do Conselho de Administração não podemos deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão:

- Ao acionista único da Empresa Municipal, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a Gespaços, pela colaboração na divulgação do protocolo que tem potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;
- A todos os municípios, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços, as Piscinas Municipais e Pavilhões Municipais, enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na prestação de um serviço público de qualidade, e o Parque Urbano de Paços de Ferreira enquanto equipamento de lazer e bem-estar, que proporciona à cidade e aos cidadãos um alargamento da dinâmica de fruição dos acessos e interligações urbanas entre as ruas que o ladeiam e os equipamentos e serviços de lazer circundantes numa perfeita relação de continuidade;
- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que durante o ano de 2021 fizeram e suportaram, sendo certo que também existimos por eles e para eles.
- Aos fornecedores, que continuam a mostrar uma grande confiança na Gespaços SA.

Paços de Ferreira, 12 de abril de 2022

GESPAÇOS
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, E.M.

A Administração



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Dando cumprimento ao preceituado no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. (“Gespaços”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

1. Introdução

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro, no seu artigo nº 70, a Gespaços ficou obrigada “a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.” Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”

2. Apreciação global da gestão

A Empresa Municipal foi constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Desde logo se apresentou, pelo seu objeto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua atividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir, incluindo equipamentos culturais e de lazer.

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, como vimos, o objeto social da Gespaços passou a ser “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”

A Empresa tem vindo a prestar ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa, na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Os apoios ao movimento associativo desportivo têm sido processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.

A Empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspetiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Interfreguesias.

Na gestão dos equipamentos, a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

Sendo 2021 o vigésimo ano de existência da Empresa Municipal, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas, mantendo uma boa relação com os seus clientes/utentes;
- Desenvolvimento dos projetos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da atividade da Gespaços e dos seus projetos;
- Rentabilização dos serviços e das infraestruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal nº 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período noturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira), bem como os polivalentes dos Centros Escolares e da Escola Secundária de Freamunde.
- Gestão, quanto à limpeza, vigilância e manutenção do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme havia sido protocolado com o Município de Paços de Ferreira, através do Contrato-Comodato.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela Empresa que materializaram a estratégia definida pela anterior administração:

2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas

A Gespaços tinha, aquando da sua criação, como objeto social a construção, manutenção, exploração e conceção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, acionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como a entidade capaz de prosseguir os objetivos do município e concedeu-lhe a enorme responsabilidade da gestão de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente os Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). Ainda a partir de janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em janeiro de 2009 foi celebrado um Contrato Programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF, para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A orientação da Administração da Empresa passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do mesmo, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo transferiu em 19 de março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF. Com a equipa de limpeza e manutenção, entretanto reforçada, existente na Empresa Municipal, foi possível alargar a prestação deste tipo de serviços a outros equipamentos municipais.

Relativamente à promoção do desporto, deu-se continuidade ao trabalho de apoio aos clubes, sendo o Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. O Projeto Sénior teve continuidade, tendo em vista combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*".

A abertura, em 2012, do Parque Urbano de Paços de Ferreira permitiu a todos os munícipes disfrutar de um espaço amplo no centro da cidade, com áreas de lazer, desporto e com a Casa da Eira com uma imagem renovada e adequada e à altura da qualidade do espaço que integra. A Gespaços tem contratualizado com o Município de Paços de Ferreira a gestão e manutenção deste equipamento.

Neste domínio, como em todos os anteriores, manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.

2.2. Desenvolvimento dos Projetos

2.2.1. Escolas de natação e pólo aquático

No ano de 2015, a empresa deu consequência ao plano estratégico delineado pelo executivo municipal, incrementando a prática da natação e afins no seu sentido lato da palavra, pela população do concelho de Paços de Ferreira, criando um universo de utilizadores/utentes que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

Consolidada que foi a autonomização das atividades aquáticas (natação e pólo aquático), com a criação **Clube Aquático Pacense**, a Gespaços manteve o mesmo apoio ao clube para a dinamização e promoção das suas atividades ao nível competitivo, justificando a existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

A Gespaços garante ainda a todos, o ensino da natação em quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica, hidroterapia, hidrocycling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e coletivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados. Contudo, a empresa pretende aumentar e estender o seu leque de utentes, a todos aqueles que pretendam usufruir do espaço, quer seja piscina, ginásio ou outros, de uma forma livre, sem compromisso horário ou professores de acompanhamento.

2.2.2 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa denominado “Vamos Aprender a Nadar”, destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira e Freamunde, das escolas EB 2.3 de Eiriz, Frazão, Meixomil, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo

integrados no Programa “Vamos Aprender a Nadar”, registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

A empresa tem adotado uma política de promoção desta atividade junto dos agrupamentos escolares, procurando assim que o desporto chegue a um leque mais alargado de pessoas, de acordo com as orientações estratégicas emanadas do acionista único da empresa.

2.2.3 Apoio ao desporto

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira. O GAA tem ainda colaborado em algumas atividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se o papel relevante na organização dos Jogos Interfreguesias dos últimos anos.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente atualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através da operacionalização prestada aos clubes com as inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).

2.2.4 Natação para alunos com deficiência

Tem sido usual ao longo dos últimos anos apoiar um grupo de pessoas com deficiência, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa “Acesso aos Deficientes”, permitindo o acesso gratuito aos cidadãos portadores de deficiência superior a 60%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, possibilitando, assim, a prática de atividades aquáticas e algumas atividades “cardio-fitness”, no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

2.2.5 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação

para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

2.2.6 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, onde nos últimos anos tem vindo a aumentar a procura por este espaço. Derivado ao COVID 19 e orientações da DGS, nos anos de 2020 e 2021 fomos obrigados a reduzir brutalmente a capacidade diária do recinto das piscinas exteriores, o número de entradas no ano de **2021 foi de 14.714**. Em relação ao ano de 2020, tivemos um **aumento nas entradas superior a 23%**.

2.2.7 Aeróbica

Apesar das regras impostas pela DGS, uma delas a redução de números de utentes em aula, e a desconfiança provocada pelo COVID 19, no ano de 2021 continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica. No ano de 2021 tivemos um aumento nas inscrições, passamos de 69 para 74 inscrições, o que corresponde a um **aumento de 7,3% nas inscrições em relação ao ano de 2020**.

2.2.8 Ginásio

As leis impostas pela DGS para o funcionamento dos ginásios, impuseram uma redução de utilizadores destes locais. Fomos obrigados a reduzir a quantidade máxima de utilizadores em simultâneo nesse espaço, e ao fim de cada 50 minutos de utilização, somos obrigados a uma pausa de 20 minutos para a desinfetar e arejar o local.

No ano de 2021, registaram-se 13.356 entradas no Ginásio, o que corresponde a uma **redução de 49,69%** em relação ao ano de 2020.

2.2.9 Hidroginástica

Apesar das regras impostas pela DGS para o funcionamento das aulas de hidroginástica, com redução obrigatória de 50% dos alunos em aula e o aconselhamento para que os utentes seniores não frequentassem este tipo de aulas, no ano de 2021 tivemos um aumento na adesão a esta modalidade.

No decorrer do ano de 2021, inscreveram-se 240 utentes em Paços de Ferreira e 186 em Freamunde. No global, tivemos um **aumento de 16%** nas inscrições em relação ao ano anterior.

2.2.10 Hidro Cycling

Esta modalidade em termos médios, no ano de 2021 contava com 53 utentes inscritos em turmas, em Paços de Ferreira e em Freamunde, o que significa um aumento de 52% em relação ao ano de 2020.

2.2.11 Cycling

O ano de 2021, foi o 3º ano desta nova modalidade nas Piscinas Municipais de Freamunde e na Gespaços SA. Após termos 5 inscrições no segundo ano desta modalidade, o ano de 2021 teve 6 inscrições, o que corresponde a um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

2.2.12 Promoção do desporto

Ao longo dos últimos anos, a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas atividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos jovens do Concelho e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático.

Apesar de 2021 ter sido um ano com muitas restrições, e em parceria com a ANNP (Associação de Natação do Norte de Portugal), em 2021 realizou-se as seguintes provas de natação:

- Maio/2021, Torneio Regional de Juvenis Juniores e Seniores, com 297 participantes;
- Julho/2021, Campeonatos Regionais de Infantis, com 232 participantes;
- Outubro/2021, Provas de Preparação de Juvenis, Juniores e seniores, com 390 participantes;
- Dezembro/2021, Provas de preparação Master, com 226 participantes;
- Dezembro/2021, Encontro de Técnicas Alternadas (Cadetes C e D), com 220 participantes.

A Empresa tem apostado na realização desses eventos, pois é uma forma de promoção do desporto e uma forma de dar a conhecer Paços de Ferreira a milhares de visitantes que acompanham os respetivos atletas em competição.

2.2.13 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema "*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*", onde a principal preocupação da Gespaços e do Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a "mexer", procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas, mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua

qualidade de vida. Numa atitude descontraída, a hidroginástica, o *fitness* e o *boccia* estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho.

Pelo motivo das restrições impostas pela DGS, no ano de 2021 não foi possível apoiar este projeto.

2.2.14 Outros Projetos

Sob a orientação do município, em 2021 demos continuidade à parceria criada para apoio ao projeto "*Percursos Detalhados*", que tem por objeto promover a prática desportiva, nomeadamente de natação e ginásio, junto de outras etnias, sempre sob a orientação de um técnico da Câmara Municipal.

2.2.15 Frequência do complexo das Piscinas

A quantidade de entradas em todas as modalidades, no ano de 2021, resume-se nos seguintes quadros:

Piscina de Freamunde Ano 2021

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aulas de Grupo (Aeróbica + Cycling)	26	0	0	0	81	62	67	0	40	51	62	38
Cartão Múltiplo	277	0	0	644	677	656	686	400	766	808	786	648
Hidrobike	15	0	0	0	50	38	61	0	85	120	94	75
Hidroginástica	215	0	0	0	587	830	955	0	975	1154	1192	1025
Natação com Professor	260	0	0	0	719	805	898	0	1036	1246	1223	975
Natação Mensalidade Ilimitada	42	0	0	206	213	206	210	122	263	269	221	234
Natação Terapêutica	6	0	0	0	13	16	27	0	25	22	26	29
Utilização Livre Piscina	64	0	0	348	436	398	408	670	448	457	400	287
Desporto Escolar	0	0	0	0	170	141	0	0	0	79	187	52
Grupos Privados	0	0	0	0	0	0	0	0	144	255	265	158

Total de Entradas em 9 meses: 28925

Média de Entradas Mês: 3214

Média de Entradas Dia: 107

Piscina de Paços de Ferreira Ano 2021

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	128	0	0	0	245	297	323	56	307	360	294	241
Cartão Múltiplo	499	0	0	954	1435	1381	1395	396	1763	2030	1395	1371
Hidrobike	69	0	0	0	145	133	174	24	185	171	107	151
Ginásio Mensalidade Ilimitada	13	0	0	31	49	59	68	41	61	65	44	43
Hidroginástica	261	0	0	0	767	864	1108	205	1329	1522	1127	1109
Natação com Professor	138	0	0	0	351	447	542	54	655	795	498	509
Natação Mensalidade Ilimitada	83	0	0	197	226	248	291	82	210	247	168	195
Natação Terapêutica	5	0	0	0	14	13	16	5	20	21	19	14
Utilização Livre Piscina	101	0	0	348	519	689	788	402	614	689	403	343
Utilização Livre Ginásio	3	0	0	28	36	43	45	5	33	42	10	17
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	178	5678	8325	533	0	0	0
Desporto Escolar	86	0	0	158	820	262	0	0	0	235	345	63
Grupos Privados	0	0	0	0	0	0	0	0	31	224	391	260

Total de Entradas em 9 meses:	53605
Média de Entradas Mês:	5956
Média de Entradas Dia:	199



2.3 Responsabilidade Social

De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços, mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de atividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a atividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Sanfins, Centro Social de Penamaior, Profisousa, Colégio Encosta dos Sonhos,, Colégio Nova Encosta, Colégio Marca d'Água, Radelfe e outros) e as entidades que se dedicam à proteção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

2.4 Divulgação de projetos e atividades

A Gespaços teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projetos e atividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

O site da Gespaços, mais dinâmico e interativo, paralelamente com o *faceboock*, tem por objetivo comunicar mais rapidamente com os utentes e, por outro lado, atingir um público-alvo diferenciado.

2.5 Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços

Acima já foram devidamente explanadas as atividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de estes equipamentos terem passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporados no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2021 e apesar da pandemia, a gerir estes equipamentos segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão destes Equipamentos Desportivos entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de Agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de Agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida directamente através da Direcção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a Gespaços através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2021 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de Agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transferiu para a Gespaços a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objetivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 2.093,13 Euros, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 5-8-2011.

Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.047,24 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal. Para o efeito foi necessário recrutar um Recurso Humano adequado às funções.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 1.759,74 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo Camarário transferiu em 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF, foram absorvidos nos

quadros da Empresa Municipal, a partir de então. Com a equipa de limpeza e manutenção existente na Empresa Municipal é possível alargar a outros equipamentos municipais.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 19-3-2010, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 8.556,65 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Parque Urbano de Paços de Ferreira

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo Camarário transferiu as competências de vigilância / limpeza / manutenção do Parque Urbano.

Foi celebrado um contrato-programa com a CMPF para Vigilância / Limpeza / manutenção do Parque Urbano de Paços de Ferreira em 2008, através do qual é liquidado à Gespaços uma importância mensal de 2.364,48 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

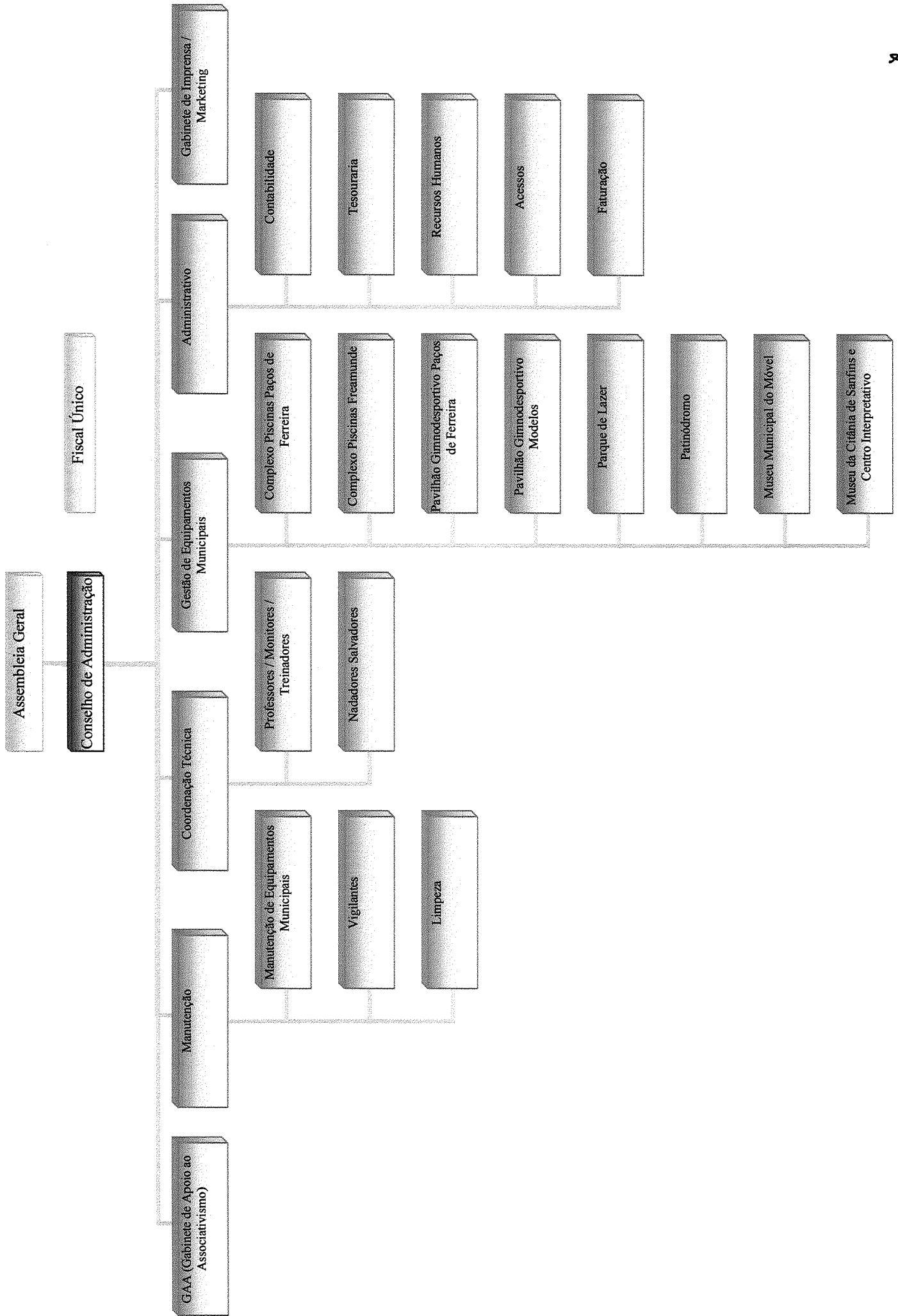
Importa referir que ainda não foi revisto o Contrato Programa para Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, conforme estipula a cláusula 7ª do atualmente em vigor e datado de 28 de setembro de 2010, com a alteração verificada em 11 de janeiro de 2011.

3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Gespaços, durante o ano de 2021, acompanhou a atividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a atividade da empresa.

Em 31 de Dezembro de 2021, a estrutura de recursos humanos da Empresa era como segue:

Função	Número
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	5
Nadadores Salvadores	5
Monitores	4
Administrativos	17
Auxiliar Administrativa de Conservador de Museus	1
Manutenção	8
Segurança e Vigilância	10
Limpeza	16
Contratos a Termo	1
Total	70



Handwritten initials or signature in the top right corner.

A

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



1. Situação da Empresa

O ano de 2021, foi um ano de dificuldades criadas pelo surto Covid 19, que teve um impacto social e económico muito significativo.

Em janeiro de 2021 fomos obrigados ao encerramento temporariamente de 90% da atividade da Gespaços SA. Por imposição da DGS, e no período de janeiro a abril de 2021, estivemos com ginásio, piscinas e pavilhões encerrados.

Com o levantamento gradual das restrições, e com o início de época desportiva no dia 1 de setembro, as inscrições nas diversas modalidades que disponibilizamos aos utentes aumentou gradualmente.

Apesar do aumento da procura dos nossos serviços, esse aumento foi insuficiente para suportar as perdas de receitas que tivemos com o encerramento temporário da atividade. Por esse motivo, não nos foi possível apresentar resultados positivos.

Devemos realçar que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho.

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços, alavancado pelo carácter eminentemente social desses serviços que presta, numa estreita colaboração com o município de Paços de Ferreira.

1.1. Rendimentos e Gastos

Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

Neste ponto, depois da recuperação conseguida em 2018, 2019 e de uma redução significativa em 2020 motivada pela pandemia, no ano de 2021 e comparado com o de 2020 obtivemos um aumento de 2,77% nesta rubrica.

	2021	2020	2019
Vendas e Prestações de serviços:	580 264 €	411 756 €	582 665 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	398 637 €	235 147 €	221 351 €
Utentes	164 306 €	157 341 €	322 425 €
Outras entidades	17 321 €	19 268 €	38 889 €
Subsídios à Exploração	1 395 812 €	1 360 649 €	1 842 838 €
Subsídios de outras entidades	53 843 €	0 €	0 €
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1 341 969 €	1 360 649 €	1 842 838 €
Outros Rendimentos e Ganhos	52 409 €	201 237 €	248 738 €
Aluguer de Equipamento	16 798 €	21 517 €	26 984 €
Outros rendimentos suplementares	3 181 €	4 020 €	4 153 €
Recuperação de dívidas	0 €	0 €	832 €
Imputação de Subsídios para Investimentos	30 765 €	173 901 €	193 114 €
Outros rendimentos e ganhos não especificados	1 665 €	1 798 €	23 656 €
Total ...	2 028 485 €	1 973 642 €	2 674 241 €

	2021	2020	2019
Vendas e Prestações de serviços:	28,61%	20,86%	21,79%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	68,70%	57,11%	37,99%
Utentes	28,32%	38,21%	55,34%
Outras entidades	2,99%	4,68%	6,67%
Subsídios à Exploração	68,81%	68,94%	68,91%
Subsídios de outras entidades	3,86%	0,00%	0,00%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	96,14%	100,00%	100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	2,58%	10,20%	9,30%
Aluguer de Equipamento	32,05%	10,69%	10,85%
Outros rendimentos suplementares	6,07%	2,00%	1,67%
Alienações	0,00%	0,00%	0,33%
Imputação de Subsídios para Investimentos	58,70%	86,42%	77,64%
Outros rendimentos e ganhos não especificados	3,18%	0,89%	9,51%
	100%	100%	100%

Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, que ascenderam a 2.204.316 € em 2021, dividem-se em grande medida:

	2021	2020	2019
Fornecimentos e Serviços Externos	711 146 €	725 714 €	843 542 €
Gastos com o Pessoal	1 061 833 €	1 072 320 €	1 130 513 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	47 732 €	45 362 €	44 850 €
Outros Gastos e Perdas	60 542 €	60 770 €	87 618 €
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	323 063 €	491 387 €	528 315 €
Total ...	2 204 316 €	2 395 553 €	2 634 838 €

	2021	2020	2019
Fornecimentos e Serviços Externos	32,26%	30,29%	32,01%
Gastos com o Pessoal	48,17%	44,76%	42,91%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	2,17%	1,89%	1,70%
Outros Gastos e Perdas	2,75%	2,54%	3,33%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	14,66%	20,51%	20,05%
Total ...	100%	100%	100%

Nos Custos com Pessoal em 2021, destaca-se a redução desta rubrica, a mais significativa da estrutura de custos, o valor ascendeu a 1.061.833€.

Relativamente aos FSE no montante de 711 146 €, dos quais se destacam a diminuição dos custos com o combustível utilizado no aquecimento da água, os custos com a eletricidade, água, honorários, limpeza, tratamento químico da água, motivados pela suspensão da atividade durante o confinamento.

Fornecimentos e serviços externos	2021	2020	2019
Eletricidade	84 011 €	84 890 €	105 495 €
Combustíveis	1 307 €	677 €	1 391 €
Água	57 961 €	80 025 €	103 058 €
MAZOOOTE/PALLETS - Outros fluidos	117 625 €	101 740 €	139 556 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	111 212 €	72 980 €	63 429 €
Material de escritório	7 116 €	7 083 €	7 004 €
Rendas e alugueres	4 410 €	2 705 €	21 788 €
Comunicação	3 672 €	5 194 €	4 948 €
Seguros	11 612 €	10 270 €	11 887 €
Deslocações e estadas	0 €	0	0
Honorários	47 258 €	57 262 €	63 523 €
Conservação e reparação	171 728 €	219 345 €	195 847 €
Publicidade e propaganda	1 250 €	550 €	6 007 €
Limpeza, Higiene e Conforto	21 311 €	30 220 €	31 849 €
Trabalhos especializados	65 096 €	49 850 €	59 821 €
Outros fornecimentos e serviços	5 578 €	2 924 €	27 941 €
Total	711 146 €	725 714 €	843 542 €

1.2 Resultados

Em consequência dos Rendimentos e Gastos registados em 2021, foi apurado um resultado líquido do período negativo de € 234.592 (duzentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e dois euros).

Resultados	2021	2020	2019
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:	147 232 €	69 476 €	567 717 €
<i>Gastos/Reversões de depreciação e de amortização</i>	-323 063 €	-491 387 €	-528 315 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):	-175 831 €	-421 912 €	39 403 €
<i>Juros e Gastos Similares suportados</i>	-1 942 €	-8 926 €	-15 189 €
Resultado antes Impostos:	-177 773 €	-430 837 €	24 213 €
<i>Imposto sobre Rendimento do Período</i>	-56 819 €	9 248 €	-7 942 €
Resultado Líquido do Período:	-234 592 €	-421 589 €	16 272 €

1.3. Situação Patrimonial

Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2021, tal como já o fora em 2020 e 2019, diz respeito à Rubrica – Resultados Transitados (contribuindo para que o total do Capital Próprio seja inferior ao Capital Social). Ver nota 11 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Capital Próprio	2021	2020	2019
Capital Social:	11 358 894 €	11 358 894 €	11 358 894 €
Resultados transitados:	-936 606 €	-515 017 €	-531 289 €
Outras Variações no Capital Próprio:	92 004 €	116 309 €	253 691 €
Subtotal:	10 514 292 €	10 960 185 €	11 081 296 €
Resultado Líquido do Período:	-234 592 €	-421 589 €	16 272 €
Total do Capital Próprio:	10 279 700 €	10 538 597 €	11 097 567 €

Passivo

O Passivo da Gespaços apresenta valores que merecem muita atenção. Registou-se, em 2021, uma diminuição do Passivo Corrente em relação a 2020, motivado pela redução significativa da conta de fornecedores e pela liquidação da conta caucionada. A análise detalhada está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2021	2020	2019
Total do Capital Próprio:	10 279 700 €	10 538 597 €	11.097.567 €
Passivo não Corrente	24 457 €	30 917 €	67.437 €
Financiamentos Obtidos	0 €	0 €	0 €
Passivo por impostos diferidos	24 457 €	30 917 €	67.437 €
Passivo Corrente	179 948 €	233 851 €	675.305 €
Fornecedores	10 109 €	18 112 €	64.616 €
Estado e Outros Entes Públicos	22 902 €	42 165 €	41.267 €
Financiamentos Obtidos	0 €	0 €	395.000 €
Outras Contas a Pagar	146 137 €	172 774 €	173.422 €
Diferimentos	800 €	800 €	1.000 €
Total do Passivo:	204 404 €	264 768 €	742.742 €
Total do Capital Próprio e do Passivo:	10 484 105 €	10 803 365 €	11.840.309 €

	2021	2020	2019
Total do Capital Próprio:	98,05%	97,55%	93,73%
Passivo não Corrente	11,96%	11,68%	9,08%
Passivo Corrente	88,04%	88,32%	90,92%
Total do Passivo:	1,95%	2,45%	6,27%
Total do Capital Próprio e do Passivo:	100,00%	100,00%	100,00%

Ativo

Em 2021, na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2021, mas a faturar à CMPF no decurso de 2022. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ativo	2021	2020	2019
Ativo não Corrente	9 679 662 €	9 529 305 €	10.000.645 €
Ativos Fixos Tangíveis	9 672 410 €	9 467 722 €	9.950.633 €
Outros ativos financeiros	7 252 €	5 479 €	4.115 €
Ativos por impostos diferidos	0 €	56 104 €	45.898 €
Ativo Corrente	804 442 €	1 274 060 €	1.839.664 €
Clientes	131 350 €	89 624 €	215.126 €
Estado e Outros Entes Públicos	5 526 €	13 700 €	1.220 €
Outras Contas a Receber	525 334 €	1 066 680 €	1.243.855 €
Diferimentos	4 362 €	8 524 €	7.175 €
Caixa e Depósitos Bancários	137 870 €	95 532 €	372.289 €
Total do Ativo:	10 484 105 €	10 803 365 €	11.840.309 €

1.4 Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Verificou-se uma redução, em 2021, do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, de 3 dias.

Descrição	2021	2020	2019
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	3	10	24

1.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)

Verificou-se, neste indicador, a manutenção do Prazo Médio em 2021, de 25 dias.

Descrição	2021	2020	2019
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	25	25	38

1.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social à data do encerramento das contas.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

A atual administração da Gespaços SA, continua a querer apostar na modernização das suas atividades e requalificação de alguns espaços sob a sua gestão para que esta empresa continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar, de forma cada vez mais eficiente, a utilização e gestão dos recursos de que dispõe.

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, conseqüentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados.

Por outro lado, tem o Conselho de Administração conhecimento de que o acionista único, na sequência do processo desencadeado com a deliberação tomada em 22 de junho de 2017, de iniciar o processo de dissolução da GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais EM – SA, desencadeou os procedimentos necessários à elaboração de estudo e respetivos relatórios de suporte à dissolução da empresa nos termos legais. Estes estudos e relatórios encontram-se em curso devendo estar concluídos no decurso do ano de 2022, o que levará a internalização dos serviços prestados e, bem assim, dos direitos e obrigações da empresa no universo contabilístico do Município durante este exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período, negativo de **€234.592** (duzentos e trinta quatro mil, quinhentos e noventa e dois euros), transite para o período seguinte através da conta de Resultados Transitados.

✓
✍

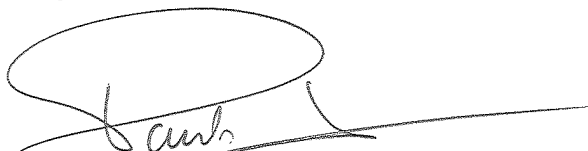
CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Mais uma vez, o Conselho de Administração deseja expressar o maior reconhecimento pelo espírito de entreatajuda e pela importante colaboração, prestada por todos aqueles que de alguma forma prestam serviços à nossa Empresa Municipal, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram connosco no ano de 2021.

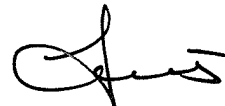
Importa, muito especialmente, agradecer a confiança depositada na empresa, pelo seu acionista único – **Município de Paços de Ferreira** - que não sairá, cremos nós, em circunstância alguma defraudada, antes pelo contrário, sabendo que este olhará sempre para a Gespaços, com uma visão de “parceiro” e de uma forma atenta.

Paços de Ferreira, 12 de abril de 2022



Paulo Jorge Rodrigues Ferreira

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



Maria Fernanda Ribeiro Monteiro

(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

✓
7

**ANEXO AO
RELATÓRIO DE GESTÃO**

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

- Os membros do Conselho de Administração não têm qualquer participação no capital social.
- O Fiscal Único não tem qualquer participação no capital social.

ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 ERAM DETENTORES DE, PELO MENOS, 10% DO CAPITAL SOCIAL

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira - 100% do Capital Social

Paços de Ferreira, 12 de abril de 2022



Paulo Jorge Rodrigues Ferreira
(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



Maria Fernanda Ribeiro Monteiro
(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

✓
A

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Rua Capitão da Praça

4590-570 PAÇOS DE FERREIRA

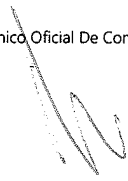
CAPITAL SOCIAL: 11.358.894,07 €

Matriculada na C.R.C. de Paços de Ferreira sob o nº 00001/010710

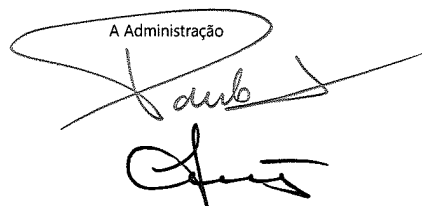
Contribuinte nº 505 317 982

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	9 672 410,02	9 467 721,92
Outros ativos financeiros	5	7 252,16	5 478,52
Ativos por impostos diferidos		0,00	56 104,48
		9 679 662,18	9 529 304,92
Ativo corrente			
Clientes	8	131 350,43	89 623,60
Estado e outros entes públicos	14	5 526,38	13 699,95
Outras créditos a receber	9	525 333,69	1 066 680,51
Diferimentos	10	4 361,91	8 524,13
Caixa e depósitos bancários	4	137 870,04	95 531,84
		804 442,45	1 274 060,03
Total do ATIVO		10 484 104,63	10 803 364,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	11	11 358 894,07	11 358 894,07
Resultados transitados	11	(936 606,06)	(515 017,28)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	11	92 003,87	116 308,55
Resultado líquido do período	11	(234 591,54)	(421 588,78)
Total do Capital Próprio		10 279 700,34	10 538 596,56
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	15	24 456,60	30 917,40
		24 456,60	30 917,40
Passivo corrente			
Fornecedores	13	10 109,48	18 112,11
Estado e outros entes públicos	14	22 901,67	42 164,60
Financiamentos obtidos	12	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	15	146 136,54	172 774,28
Diferimentos	10	800,00	800,00
		179 947,69	233 850,99
Total do Passivo		204 404,29	264 768,39
Total do Capital Próprio e do Passivo		10 484 104,63	10 803 364,95

Técnico Oficial De Contas



A Administração



Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.
 Demonstração das alterações no capital próprio no período 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Unidade monetária (1)					
		Capital realizado	Accões (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	11 358 894,07						(515 017,28)					116 308,55	(421 588,78)	10 538 586,56		10 538 586,56
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7																
RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	8																
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	10	11 358 894,07						(936 606,06)					92 003,87	-234 591,54	10 279 700,34		10 279 700,34

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

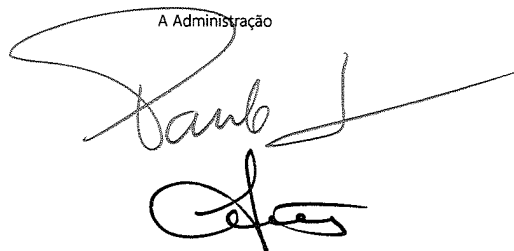
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2021 e 31.12.2020

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Unidade monetária (1)		
		Períodos		
		2021	2020	
Vendas e serviços prestados	+	16	580 263,80	411 755,93
Subsídios à exploração	+	19	1 395 811,50	1 360 648,91
Fornecimentos e serviços externos	-	17	(711 145,70)	(725 713,73)
Gastos com pessoal	-	18	(1 061 832,58)	(1 072 320,15)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	8	(47 732,16)	(45 361,88)
Outros rendimentos	+	20	52 409,44	201 236,95
Outros gastos	-	21	(60 542,10)	(60 770,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		147 232,20	69 475,79
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	7	(323 063,27)	(491 387,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(175 831,07)	(421 911,57)
Juros e gastos similares suportados	-	22	(1 941,61)	(8 925,58)
Resultado antes de impostos	=		(177 772,68)	(430 837,15)
Imposto sobre rendimento do período	-/+	23	(56 818,86)	9 248,37
Resultado líquido do período	=		(234 591,54)	(421 588,78)

Técnico Oficial De Contas



A Administração



Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2021 e 31.12.2020

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Periodos	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	+	2 532 403,56	2 155 671,54
Pagamentos a fornecedores	-	(822 815,19)	(787 002,19)
Pagamentos ao pessoal	-	(753 985,18)	(814 576,83)
Caixa gerada pelas operações	+/-	955 603,19	554 092,52
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	13 699,95	(13 069,96)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(397 271,96)	(403 427,53)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	572 031,18	137 595,03
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(527 751,37)	(10 426,24)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(527 751,37)	(10 426,24)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	100 000,00	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(100 000,00)	(395 000,00)
Juros e gastos similares	-	(1 941,61)	(8 925,58)
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(1 941,61)	(403 925,58)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	42 338,20	(276 756,79)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4 95 531,84	372 288,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4 137 870,04	95 531,84

(1) - O Euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de Euros

Técnico Oficial De Contas

A Administração



ANEXO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*(valores expressos em euros)***31 de dezembro de 2021****1. Identificação da entidade**

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas, pela primeira vez no ano de 2010, em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho. Devem entender-se como fazendo parte desse normativo as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), os Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), o Código de Contas (CC), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas (NI). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade (adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras não foram derogadas quaisquer normas previstas no Sistema de Normalização Contabilística.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de dezembro de 2021 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2020.

3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado ("deemed cost"), no caso dos adquiridos até 31 de dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciables. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.

As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	5-20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na

data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

Imparidade em ativos fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

Instrumentos financeiros

i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores

As dívidas de "Clientes" e "Outros Devedores" são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de "Clientes" e "Outros Devedores" de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores

As dívidas a "Fornecedores" e "Outros Credores" são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica "*Caixa e equivalentes de caixa*", inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Especialização do Período

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de período seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4. Fluxo de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de dezembro de 2021 e 2020 a seguinte:

	2021	2020
Caixa	4 522	4 100
Depósitos bancários	133 348	91 432
Total....	137 870	95 532

5. Outros ativos financeiros

O valor desta rúbrica refere-se ao Fundo de Compensação Salarial.

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacinada	Saldos a receber em 2021	Saldos a receber em 2020	Saldos a pagar em 2021	Saldos a pagar em 2020
Câmara Munic. Paços de Ferreira - C/C	61 784	0	0	0
Total ...	61 784	0	0	0

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2021	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2020	Compras em 2021	Compras em 2020
Câmara Munic. Paços de Ferreira	1 740 605	1 595 796	0	0
Total ...	1 740 605	1 595 796	0	0

Os montantes de 2021 relativo às partes relacionadas inclui um total de 398.637€ a título de Prestações de Serviços e 1.341.969€ em subsídios à exploração. Relativo aos subsídios à exploração, 1.122.157 euros referem-se a Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e os restantes 219.812€ são referentes aos contratos-programa.

7. Ativos fixos tangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Terrenos e	Equipamentos			Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em Curso	Total
	Edifícios	Básico	Transporte	Administrativo			
1 de Janeiro de 2020							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 201 266	939 625	12 477	98 688	62 325	0	14 314 381
Depreciação acumulada	3 744 779	470 866	1 300	87 878	58 925	0	4 363 748
Valor líquido	9 456 487	468 759	11 176	10 810	3 400	0	9 950 633
31 de Dezembro de 2019							
Valor líquido em 1 de Janeiro de 2020	9 456 487	468 759	11 176	10 810	3 400	0	9 950 633
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	0	8 477	0	0	0	0	8 477
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	419 000	66 049	1 560	1 755	3 024	0	491 387
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2020	9 037 487	411 187	9 617	9 055	376	0	9 467 722
31 de Dezembro de 2020							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 201 266	948 102	12 477	98 688	62 325	0	14 322 858
Depreciação acumulada	4 163 779	536 915	2 860	89 633	61 949	0	4 855 136
Valor líquido	9 037 487	411 187	9 617	9 055	376	0	9 467 722

31 de Dezembro de 2020

Valor líquido em 1 de Janeiro de 2021	9 037 487	411 187	9 617	9 055	376	0	9 467 722
Excedentes de revalorização	0	0	0	0	0	0	0
Aquisições	524 868	2 883	0	0	0	0	527 751
Alienações	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação do exercício	254 018	65 875	1 560	1 423	188	0	323 063
Depreciação - alienações e transferências	0	0	0	0	0	0	0
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2021	9 308 338	348 195	8 057	7 632	188	0	9 672 410

31 de Dezembro de 2021

Valor de aquisição ou reavaliado	13 726 134	950 985	12 477	98 688	62 325	0	14 850 609
Depreciação acumulada	4 417 796	602 791	4 419	91 056	62 137	0	5 178 199
Valor líquido	9 308 338	348 194	8 057	7 632	188	0	9 672 410

8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a decomposição era a seguinte:

	2021	2020
Clientes	366 652	338 977
Perdas por imparidade	-297 085	-249 353
Partes relacionadas	61 784	0
Total ...	131 350	89 624

A dívida de clientes em 2020 com prazo até 90 dias cifra-se em 80.281 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 10.288 euros e a dívida superior a 180 dias é de 337.867 euros. As imparidades estão criadas para dívidas superiores a 2 anos a contar da emissão da fatura

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Outras contas a receber	0	0
Imparidade das contas a receber	0	0
Outras contas a receber (líquido)	0	0
Outras contas a receber de partes relacionadas	525 334	1 066 681
Total ...	525 334	1 066 681

Os montantes relativos às partes relacionadas referem-se à faturação, a referente às Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2021 e a faturar à CMPF no decurso de 2022.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2021	2020
Seguros e Outros gastos	4 362	8 524
Rendas e Subsídios	(800)	(800)
Total ...	3 562	7 724

11. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e detido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de dezembro de 2020 ascendia a 11.358.894 euros, representado por 189 314 901 (cento e oitenta e nove milhões trezentos e catorze mil novecentos e uma) ações nominativas e tituladas, com o valor nominal de 0,06 euros (seis cêntimos) cada.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução, após os saldos de 2021:

	2021	2020
Resultados Transitados - Saldo Inicial	(515.017)	(531.288)
Aplicação de Resultados do Exercício N-1	(421.589)	16.272
Resultados Transitados - Saldo Final	(936.606)	(515.017)

A rubrica de "Outras Variações no Capital Próprio" inclui os subsídios para investimentos, líquidos de impostos diferidos, que foram atribuídos à GESPAÇOS no âmbito da Promoção da Eficiência Energético-Ambiental nas piscinas municipais de Paços e Ferreira e Freamunde e nos pavilhões de municipais de Paços de Ferreira e Modelos, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2013.

12. Financiamentos obtidos

O financiamento obtido está, na sua integralidade, denominado em euros e não foi renovado

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Fornecedores e outros credores	10 109	18 112
Partes relacionadas	0	0
Total ...	10 109	18 112

A dívida de fornecedores em 2019 com prazo até 90 dias cifra-se em 10.109 euros.

14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2021	2020
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	886	13 700
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 641	0
Total ...	5 527	13 700

Saldos Credores	2021	2020
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	0	0
Imposto sobre o Valor Acrescentado	0	19 388
Imposto sobre Rend. P. Singulares	3 066	3 123
Contribuições para a Segurança Social	19 577	19 456
Outras tributações	259	197
Total ...	22 902	42 165

15. Outras contas a pagar

15.1 Outras contas a pagar – Passivo corrente

Resumindo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Saldos Credores	2021	2020
Remunerações a liquidar	139 966	135 955
Outros acréscimos de gastos	5 709	36 819
Outros	461	0
Total ...	146 137	172 774

15.2 Passivo não corrente - Passivos por impostos diferidos

Saldos Credores	2021	2020
ON2 - Eficiência Energética	24 457	30 917
Total ...	24 457	30 917

16. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2021 e de 2020, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2021	2020
Prestações de serviços:		
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	398 637	235 147
Utentes	164 306	157 341
Outras entidades	17 321	19 268
Total ...	580 264	411 756

17. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Outros Fluidos	117 625	101 740
Electricidade	84 011	84 890
Honorários	47 258	57 262
Água	57 961	80 025
Conservação e Reparação	171 728	219 345
Limpeza, higiene e conforto	21 311	30 220
Trabalhos especializados	65 096	49 850
Ferramentas e utens. desg. rápido	111 212	72 980
Outros	34 944	29 403
Total ...	711 146	725 714

18. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Salários e ordenados	875 045	868 234
Gastos com rescisão de contratos	2 189	3 906
Contribuições para a segurança social	168 885	183 984
Outras despesas c/ pessoal	15 714	16 196
Total ...	1 061 833	1 072 320

Os outros gastos com o pessoal englobam seguros acidentes trabalho, medicina no trabalho, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de:

	2021	2020
Número médio de empregados	73	76
Número de empregados no fim do período	71	74

19. Subsídios à Exploração

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	1 341 969	1 360 649
Outras entidades	53 843	0
Total ...	1 395 812	1 360 649

20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Aluguer de Equipamento	16 798	21 517
Outros rendimentos suplementares	3 181	4 020
Imputação de subsídios para Investimentos	30 765	173 901
Outros rendimentos e ganhos não especificados	1 665	1 798
Total ...	52 409	201 237

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, repartiam-se do seguinte modo:

	2021	2020
Impostos	53 205	55 245
Correcções relativas a períodos anteriores	0	0
Insuficiência de estimativa de imp. s/ rendimento	0	0
Outros gastos e perdas	7 337	5 525
Total ...	60 542	60 770

Em 2021 e 2020 foi incluído, respetivamente 24.316,92€ e 23.920,43€ na rubrica de Impostos, referente a uma taxa cobrada a título de despesas de trabalhadores das Autarquias locais ao SNS, inscrito no art.144º da Lei 42/2016, de 28 de dezembro.

22. Gastos financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2021	2020
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	1 942	8 926
Total ...	1 942	8 926

23. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021	2020
Imposto corrente*	714	958
Imposto diferido	56 104	-10 206
Total ...	56 819	-9 248

A estimativa de imposto foi apurada tendo em conta o regime geral do Imposto sobre o Rendimento (IRC), pelo que foi aplicada a taxa de 17% sobre 15.000,00€ da matéria coletável e o restante á taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente, foi apurada derrama municipal à taxa de 1,5%, na medida em que os lucros tributáveis estão sujeitos a este imposto nos termos da Lei das Finanças Locais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Informamos ainda que a 31 de dezembro de 2021 a Empresa tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

24. Passivos Contingentes

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o disposto na b), n.º1 do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2021 e 2020 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2021	2020
Honorários do Revisor Oficial de Contas	4 200	4 300
Total ...	4 200	4 300



26. Outras Informações

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020, tendo sido decretado mais um confinamento geral em 2021, tendo encerrado as nossas instalações e suspenso uma boa parte da nossa atividade, uma vez que este surto teve um impacto social e económico muito significativo, gerando um elevado grau de incerteza. Em fevereiro de 2022 deu-se a invasão à Ucrânia por parte da Rússia com fim imprevisível. Este impacto será notório ao nível das despesas, durante o ano de 2022.

27. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 12 de abril de 2022.

Técnico Oficial de Contas



(Miguel Pinto, T.O.C.n.º62433)

GESPAÇOS
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS, E.M.

A Administração





CERTIFICAÇÃO LEGAL

DE CONTAS

E PARECER DO FISCAL ÚNICO